

**RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

**AGRAVANTE : HOSPITAL JOAO XXIII LTDA - ME**

**ADVOGADOS : RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA E**

**OUTRO(S) - PB011589**

**MYRIAM PIRES BENEVIDES GADELHA - PB021520**

**MOUZALAS, BORBA & AZEVEDO ADVOGADOS**

**ASSOCIADOS**

**MARCELA MOYSES POLETTI - PB020440**

**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA À PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE, DESDE QUE DEVIDAMENTE CARACTERIZADA A CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA, NÃO SENDO VIÁVEL, EM RECURSO ESPECIAL, A REVISÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DA CAUSA QUE NORTEARAM A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AGRAVO INTERNO DA PESSOA JURÍDICA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte, é possível conceder os benefícios da gratuidade da justiça às pessoas jurídicas desde que demonstrem a sua incapacidade financeira de arcar com as despesas do processo sem o comprometimento do desenvolvimento de suas atividades.

2. As razões da agravante não superam a fundamentação do acórdão recorrido de que não foi caracterizada a condição de hipossuficiência apta à concessão do benefício de assistência judiciária gratuita postulado. Para se aferir tal condição, somente por meio de nova incursão na seara probatória da causa seria possível; tarefa, contudo, inviável com o exame do Recurso Especial.

3. Agravo Interno da Pessoa Jurídica a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator

